

Opinião do GLOBO

Brasil precisa andar mais rápido rumo à economia limpa

Criação de mercado nacional de carbono ajudaria a estabelecer a cultura necessária à transição

Brasil se comprometeu a reduzir a zero as emissões líquidas de gases causadores de efeito estufa até 2050. Em 2025, nossa meta é emitir 37% a menos que em 2005. Com o aumento da devastação da Amazônia no governo Bolsonaro, aquilo que era plenamente factível em 2015, quando foi firmado o Acordo de Paris, transformou-se num objetivo que vai se tornando a cada dia menos viável. Precisamos mudar isso — e o tempo é curto.

Quase metade das emissões brasileiras — equivalentes a 2 bilhões de toneladas de gás carbônico — resulta da devastação de florestas. Um quarto deriva de atividades agrícolas, em especial da pecuária (reses emitem metano, gás com potencial de aquecimento 30 vezes superior ao carbônico). Pouco mais de 20%, dos transportes e da energia, setor em que metade da matriz já é limpa.

Nosso maior problema para cumprir a meta é conhecido: desde 2017, o desmatamento interrompeu a trajetória de queda e voltou a quebrar recordes no governo Bolsonaro. Mas, além de cumprir a promessa de acabar com a devastação da Amazônia, a transição para a economia de baixo carbono também exigirá ação determinada nos demais setores. Sobretudo transportes, saneamento, siderurgia, metalurgia, petróleo e agropecuária. A boa notícia é que, na maior parte deles, será possível realizar a transição por meio de investimentos lucrativos em novas tecnologias.

É o caso da troca de frotas de caminhões e transporte urbano por veículos elétricos, da instalação de parques energéticos solares e eólicos, de geradores a partir do gás dos esgotos ou ainda da mudança no modelo de criação de gado, para revezar o pasto com áreas de plantio e compensar as emissões. Instituições financeiras não terão dificuldade em destinar crédito a projetos que demonstrem capacidade consistente de gerar maior produtividade. Em geral, eles envolvem grande investimento inicial de capital para colher o resultado num prazo dilatado.

Há setores, contudo, em que zerar as emissões não será lucrativo. Em alguns, será impossível trazê-las a zero. Os mais problemáticos são siderurgia, indústria de cimento e aqueles que usam combustíveis fósseis. Para acelerar a adesão às tecnologias mais limpas, será preciso criar algum mecanismo por meio do qual alguns setores compensem as emissões dos outros. Enquanto aqueles terão incentivos para plantar árvores ou instalar dispositivos de captação dos gases, estes pagarão para continuar a produzir poluindo. Fazer isso de modo justo exige que se estabeleça



um preço para o carbono emitido.

Há basicamente duas formas de implementá-lo: ou simplesmente criando novos impostos, ou então desenvolvendo um mecanismo mais sofisticado, conhecido como “mercado de carbono”. Já existem 28 iniciativas do tipo funcionando no mundo, de acordo com o Banco Mundial. As principais, na Califórnia e na União Europeia. O Brasil está atrasado. O que existe aqui é um mercado voluntário, dependente de empresas pioneiras ou projetos de natureza ambiental. É pouco para promover a transição para a economia limpa na velocidade exigida pelas nossas metas.

A lei de 2009 que criou a política nacional de mudança climática estipulou que fosse criado um mercado de carbono, regulado pela Comissão de Valores Mobiliários. A iniciativa não vingou. Desde então, o Ministério da Economia passou a estudar a implementação e produziu uma série de documentos para orientá-la.

No começo ano, a Câmara começou a analisar um projeto de lei, do deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que transfere a responsabilidade pelo mercado de carbono da CVM a uma nova agência reguladora, batizada Instituto Nacional de Registro e Dados Climáticos (INRDC), fiscalizada e regulada pelo Ministério da Economia. O projeto reconhece o que já é negociado no mercado voluntário, dá alguma segurança jurídica aos contratos e, mais importante, estabelece um prazo de cinco anos para que tudo funcione como determina a lei de 2009. Vários pontos ainda precisam ser ajustados, mesmo assim trata-se

de uma iniciativa essencial para as próximas décadas.

A criação de um mercado local de carbono obrigaria as empresas que ainda dão de ombros para a questão climática a prestar atenção aos riscos para seus negócios e também às oportunidades. Quem poluir terá de pagar; quem ajudar a despoluir terá a receber. Isso contribuirá para criar no país a cultura necessária à transição rumo à economia limpa.

Acelerar a iniciativa ajudaria a preparar o Brasil para a COP-26, a conferência ambiental da ONU marcada para novembro em Glasgow. A discussão central se dará em torno dos mecanismos de troca internacionais para os direitos de emissão, estabelecidos nos artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris. É um desafio gigantesco para o planeta criar um mercado de carbono global, ou ao menos uma governança capaz de monitorar com credibilidade a transição em todos os países signatários. Nossa diplomacia deveria ter uma estratégia para negociar propostas favoráveis no que diz respeito à preservação de florestas ou ao uso de biocombustíveis.

Talvez seja pedir demais do presidente Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que já deram inúmeras provas de não estar à altura da tarefa. Mas a transição precisa ser feita a despeito e à revelia deles. Acabando com a devastação da Amazônia, criando um mercado nacional de carbono e permitindo que recursos sejam destinados aos projetos e às oportunidades sem limites que a economia limpa oferece ao nosso país.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniaof/ cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira editoria.artigos@oglobo.com.br



Paradoxos da regressão

Formidável Tim Maia eternizou uma máxima brasileira que demonstra como, entre nós, o paradoxal acaba sendo normalizado, às vezes em decorrência de uma afabilidade presumida. “Prostituta tem orgasmo, traficante cheira, e café se apaixonou”, repetia às gargalhadas. Eram tempos outros, em que ainda se acreditava que o país era abençoado por Deus. Bonito por natureza continua sendo, mas com um governo que não sossega enquanto não torná-lo feio, degradado, desesperançado.

André Trigueiro, meu colega da GloboNews especialista em meio ambiente, cunhou uma dessas frases que refletem o estado das coisas, com a amargura que a frase de Tim Maia não tinha. “Funai intimidada indígenas. Fundação Palmares rechaça movimento negro. Ministério do Meio Ambiente intimida fiscais do Ibama”. É um retrato do país hoje, quando se distorce a função na medida dos interesses regressivos de setores da sociedade que não querem se enquadrar nos códigos modernizantes que regem o mundo ocidental.

No caso do desmatamento, o país, que já teve voz importante na questão, hoje é tido como vilão contra o meio ambiente, a ponto de as exportações brasileiras estarem em xeque. Delegado da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva, que apreendeu toneladas de troncos arrancados ilegalmente, acabou sendo afastado da função, e a carga, liberada.

Teve que recorrer ao Supremo Tribunal Federal com uma notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, e o senador de Roraima Telmário Mota, que, juntamente com outros deputados e senadores da região pressionaram o Ministério do Meio Ambiente a favor dos madeireiros.

Já o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, um negro racista, desde que assumiu o cargo vem dando declarações contra os movimentos negros, que seriam “uma escória maldita”, e classificou Zumbi como “um filho da puta que escravizava negros”. Tomou decisões polêmicas, como mandar retirar da lista de “personalidades negras” da fundação nomes como Marina Silva, Benedita da Silva, Gilberto Gil, Madame Satã, Martinho da Vila, Milton Nascimento, Elza Soares.

Sérgio Camargo foi considerado “inapto” para a função pela ONU, que enviou uma carta ao governo brasileiro questionando ações da fundação, como a redução das áreas quilombolas. Já a Funai tem na sua origem o Serviço de Proteção ao Índio, criado pelo marechal Rondon mas, no governo Bolsonaro, começou a ser desmontada.

Um dos primeiros atos do novo governo foi passar a demarcação de terras indígenas e de quilombolas para o Ministério da Agricultura, o que não aconteceu porque o Congresso mudou a medida provisória para manter o controle no Ministério da Justiça. A ação da Funai, porém, vem sendo muito criticada, inclusive nessa pandemia, por não ter lutado para que os indígenas e quilombolas tivessem prioridade para a vacinação.

Para completar, a própria Funai pediu à Polícia Federal que abrisse um inquérito contra a líder indígena Sônia Guajajara, que foi intimada a prestar depoimento sobre as críticas feitas contra o governo federal em um documentário da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que ela coordena.

O documentário “Maracá” retrata, em episódios, a maneira como os índios estão sendo tratados nessa pandemia, e foi considerado pela Funai uma ação de “calúnia e difamação”, e não como um protesto daqueles que deveria proteger. O juiz Frederico Botelho, de Brasília, mandou arquivar o inquérito e disse que houve uma tentativa de usar a Lei de Segurança Nacional contra a líder indígena.

Esses paradoxos regressivos têm provocado até problemas familiares. O pai de Sérgio Camargo, Oswaldo de Camargo, é um tradicional e importante líder negro e, embora não o critique, diz que tem uma “distância de ideias, um valor bastante fundo”. A filha de Regina Duarte, a atriz Gabriela Duarte, deixa claro que não compartilha as mesmas bandeiras ideológicas da mãe. E o embaixador aposentado Luiz Felipe Seixas Correa considerava que, à política externa que seu genro Ernesto Araújo comandava, faltava clareza.

Essa distorção dos organismos institucionais existentes tem provocado uma regressão cultural marcante nesses dois anos e meio de governo Bolsonaro, fazendo com que o país perca o papel de destaque que já teve nessas e em outras áreas, como a da cultura, cujo secretário, Mario Frias, diz que o governo não tem obrigação de “banicar marmanjo”, referindo-se à Lei Rouanet.

Governo é repleto de exemplos de órgãos se voltando contra aqueles que deveriam ser o foco de sua proteção

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho
PRESIDENTE EXECUTIVO: Jorge Nóbrega
O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alvim, André Miranda, Flávia Barbosa, Luiza Baptista e Paulo Celso Pereira
EDITORIA EXECUTIVA DO IMPRESSO: Fernanda Godoy
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP 20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit
EDITORES
País: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Fábio Gusmão - fabio.gusmao@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Claudia Antunes - claudia.antunes@oglobo.com.br
Sociedade: Eduardo Graça - eduardo.graca@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Gabriela Goulart - gab@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Site: Eduardo Diniz - eduardo.diniz@oglobo.com.br
Acervo e Qualificação: William Helal Filho - william@oglobo.com.br
SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Balbio - balbio@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
Ela: Marina Caruso - mcaruso@oglobo.com.br
Bairros: Milton Calmon Filho - miltonc@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br
ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br
Ou pelos telefones:
4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito, ou débito automático em conta-corrente

(preço de segunda a domingo) para RJ, MG, SP e ES: R\$ 129,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)
VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R\$ 5,00
Demais estados: R\$ 6,00
Domingos: RJ, SP, MG e ES: R\$ 7,00
Demais estados: R\$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%
FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de noticiário: (21) 2534-5595 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5201
PUBLICIDADE Noticiário: (21) 2534-4310 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4333.
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501